



Aquaelvas – Águas de Elvas, S.A.

Relatório e Contas 2016



ÍNDICE

1. RELATÓRIO DE GESTÃO	3
2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	14
3. ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	19
4. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS.....	39



Senhores Acionistas,

Em cumprimento do disposto na Lei e nos Estatutos da Aquaelvas - Águas de Elvas, S.A., submetemos à apreciação da Assembleia Geral, o presente Relatório de Gestão, Balanço Individual, Demonstração Individual de Resultados, Demonstração Individual dos Fluxos de Caixa, Demonstração Individual das Alterações no Capital e respetivo anexo, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.



W
W
H



1. RELATÓRIO DE GESTÃO



✓
[Handwritten signature]



ATIVIDADE DA EMPRESA

A Aquaelvas - Águas de Elvas, S.A. é a empresa concessionária da Exploração e Gestão dos Sistemas de Distribuição de Água para Consumo Público e Recolha de Efluentes do Concelho de Elvas, por contrato celebrado a 11 de setembro de 2008, com o Município de Elvas e por um período de 30 anos.

A Concessão tem por objeto a exploração e a gestão dos serviços públicos municipais de distribuição de água para consumo público e de recolha de efluentes do

Município de Elvas, incluindo a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos previstos no plano de investimentos dos sistemas concessionados.

Eventos Relevantes

Não ocorreram no período em análise acontecimentos que justifiquem a sua divulgação.

INVESTIMENTO

O Plano de Investimentos da Concessionária, para todo o período de Concessão, atinge cerca de 5,8 milhões de euros, a preços correntes. O valor total do investimento referido deverá realizar-se durante os dez primeiros anos de Concessão.

Além do mencionado Plano de Investimentos da Concessionária, a Aquaelvas irá realizar, durante o período de vida da concessão, outros investimentos associados ao seu funcionamento corrente no valor de mais de 3,7 milhões de euros.

Plano de Investimentos Executado

O investimento em infraestruturas, realizado durante o ano de 2016, foi de 442.102,02 euros, tendo a execução do Plano de Investimentos atingido, no final do ano de 2016, o montante acumulado de 5.203.687,36 euros.

Em detalhe, o investimento acumulado em infraestruturas, realizado pela Aquaelvas até ao final de dezembro de 2016 era o que se apresenta no quadro seguinte:





		Ano de 2016
Plano de Investimentos	Reforço das zonas do Bairro São Pedro, Carvalha e Revoltinho	138 677,82
	Conduta da Boa Fé (Rua Nossa Senhora de Fátima e Rua Mario Cidrais)	57 536,74
	Conduta da Calçadinha	473 539,09
	Telecomando e telecontrolo	458 530,81
	Acondicionamento dos depósitos de água potável	121 271,60
	Acondicionamento das instalações de água potável	179 151,23
	Acondicionamento dos poços/furos	40 986,46
	Acondicionamento das diferentes EBAP	136 673,22
	Renovação do parque de contadores	400 260,16
	SIG	100 000,00
	Sectorização	289 404,15
	Coletor Geral da Ribeira de Cêto	772 020,83
	Subtotal	3.168.052,11
	Acondicionamento das diferentes EEAR	86 819,43
	Saneamento - Linha do Hospital	507 450,83
	Plano Diretor	30 000,00
	Saneamento - Avenida da Piedade, estrada de Santa Rita e Avenida António Sardinha	166 784,25
	Saneamento - Estrada e Loteamento da Carvalha	226 356,13
	Adução a São Lourenço	61 828,28
Realização de Benfeitorias oferecidas para os sistemas de Distribuição de Água para Consumo Público e de Recolha de Efluentes do Concelho de Elvas	Coletor do Bairro Europa e Rua de Portalegre	234 127,89
	Instalação da Estação de Tratamento de Água no Caia	23 011,68
	Coletor da Piedade. Troço de coletor junto ao restaurante "El Cristo"	73 858,48
	Intercetor da ribeira do Can-Cão	392 905,28
	Coletor Pluvial da Rua do Mataluuro au Lagar dos Friades	85 486,50
	Remodelação coletores unitários entre Tv. Novo Espírito Santo, R. Padrão e o Beco do Quartel	147 006,50
	Subtotal	2.035.635,25
Total		5.203.687,36

Melhorias Fora do Plano de Investimento

O detalhe relativo às melhorias não mencionadas no Plano de Investimento e realizadas durante o ano de 2016 é o seguinte:

Limpeza de Reservatórios de Água Potável

A rede de abastecimento de água em baixa no Concelho de Elvas tem um total de 19 reservatórios de água potável, os quais totalizam 17.280 m³ de capacidade (mais de 3 dias de consumo total do Concelho). As limpezas consistem depois dos mesmos estarem despejados, na remoção de lamas e areias, manualmente e através do auxílio de um camião de limpeza, depois é efetuada a desinfecção e limpeza com produtos próprios para depósitos de águas para consumo humano.



Plano de redução de fugas

Realização de várias intervenções, tendo como objetivo a redução de fugas e procura de fraudes. O trabalho consiste em relacionar zonas de consumo e faturação com os volumes de água colocados nessas mesmas zonas, perante rendimentos baixos é realizado um rastreio da rede de abastecimento através de equipamento específico e diminuindo as zonas de consumo através do fecho de válvulas.

De salientar a articulação desta melhoria com a de Setorização e Telecontrolo e Telegestão, permitindo delimitar e seccionar zonas, bem como conhecer os consumos e os volumes colocados na rede diariamente.

Foram verificados os 145 km de rede de abastecimento existente no Concelho de Elvas, bem como possíveis fugas nos ramais. Resultado deste trabalho foi um aumento bastante significativo do rendimento da rede de abastecimento, passando de um rendimento em maio de 2009 de 56%, para um no final de 2016 de 83,57%.

Campanha de substituição de tampas de caixas de saneamento

Foram substituídas e renovadas mais de 60 tampas de caixas de saneamento que se encontravam danificadas ou que tinham sido alvo de furto.

Desmatização e limpeza junto a instalações da rede de abastecimento de água e de saneamento

De forma a permitir um rápido e fácil acesso às instalações da rede de abastecimento de água e saneamento, são anualmente realizados trabalhos de limpeza e desmatização da zona envolvente de alguns locais que requerem mais manutenção, tais como: Poço de Algaravanhãs de Cima, poço de Algaravanhãs de Baixo, poço de 30 Alferes, depósito e estação elevatória da Calçadinha, filtros da Calçadinha, estação e depósito do Caia, estação elevatória de saneamento das Fontainhas, estação elevatória de saneamento dos Cucos, estação elevatória de saneamento da Ribeira do Cêto e estação elevatória de saneamento de Varche.

Substituição e colocação de doseadoras de cloração em depósitos de água

Substituição de doseadoras de hipoclorito para reforço da desinfecção da água para consumo nos seguintes locais: Boa-fé, Alcáçova, Vila Boim, CE4 e Calçadinha.

Desratização e desbaratização

Por ano são efetuadas 4 intervenções de desratização e 4 de desbaratização em toda a rede de saneamento com maior incidência nos descarregadores de tempestade situados imediatamente antes dos emissários. Não obstante, qualquer reclamação nos períodos intermédios dá sempre origem a intervenções pontuais nos locais afetados.



Handwritten signature in blue ink.

ASPETOS TÉCNICOS

Qualidade da Água Distribuída

A qualidade da água distribuída pela AquaElvas, aos utilizadores do concelho de Elvas é verificada através de recolhas efetuadas periodicamente nos pontos de amostragem. As amostras foram analisadas por um laboratório externo, segundo calendarização do programa de controlo da qualidade da água (PCQA) para 2016. Este programa foi aprovado em 29 de Dezembro de 2015 pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, estabelecido de acordo com a legislação em vigor à data de elaboração do documento, nomeadamente o Decreto-Lei 306/2007 de 27 de Agosto.



No ano de 2016, o cumprimento dos valores legislados foi de 99,99%, sendo que, num total de 858 parâmetros analisados apenas em 3 foram registados incumprimentos.

Volumes de água comprada e captada

Este ano o volume de água comprada foi de 1.480.139 metros cúbicos. Em relação ao volume de água captada, este ano o mesmo foi de 42.402 metros cúbicos e serve para abastecer zonas ainda não servidas pelo sistema de distribuição de água 'em alta': Caia, Casas Novas e uma zona da Calçadinha.

Volume faturado por tipo de utilizador

O volume faturado em 2016 diminuiu 3,04% relativamente a 2015. Verificou-se uma diminuição dos volumes não domésticos e IPSS, e principalmente do volume faturado ao Estado (-20%).

De uma forma geral, o número total de utilizadores diminuiu em 2016 em relação a 2015, com exceção dos utilizadores "Estado" e "Municipais".

Interrupções de fornecimento de água planeadas e não planeadas

Em termos operacionais, durante o ano ocorreram 174 interrupções no fornecimento de água, ocasionadas por vários motivos, nomeadamente reparação de condutas e ramais, alteração de local de contador, substituição de válvulas, etc. Não se registou nenhuma com interrupção no fornecimento de água superior a 6 horas.

Instalação de contadores

Foi realizado um estudo do parque de contadores existentes com uma amostra de contadores, do qual resultou uma campanha de substituição de 625 contadores por subcontagem. No total, durante 2016, foram substituídos 1.184 contadores.

Intervenções na rede de água potável

O número total de intervenções realizadas na rede de abastecimento em 2016 foi de 284. Foram renovados 500 metros de condutas na rede de abastecimento de água e construídos 9 novos ramais de água e renovados 32 durante o ano de 2016.



✓
H
H

Intervenções na rede de saneamento de águas residuais

O número total de intervenções realizadas na rede de saneamento em 2016 foi de 230. Através de obras do Plano de Investimentos foram renovados e executados 600 metros de novos coletores de águas residuais e foram construídos 11 ramais de saneamento durante o ano de 2016.

Limpeza da rede de águas residuais e fossas

Além das intervenções para resolver anomalias no sistema, foram realizadas operações de limpeza e manutenção, das quais resultou a limpeza de 33.100 metros da rede de saneamento. Foram também efetuadas 33 limpezas de fossas de água residual.

SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

A promoção e prevenção da segurança e saúde no trabalho é considerada um ponto fulcral no desenvolvimento das atividades diárias.

A avaliação e prevenção de riscos associados a cada atividade desenvolvida, é efetuada com uma periodicidade anual e sempre que se verificar qualquer alteração, nas condições existentes.



A Aquaelvas obteve em novembro de 2015 a certificação de conformidade do Sistema de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho de acordo com a Norma OHSAS 18001.

SISTEMA DE GESTÃO DE QUALIDADE E AMBIENTE

A Aquaelvas tem implementado o Sistema de Gestão da Qualidade e Ambiente, que está certificado de acordo com a norma ISO 9001 e norma ISO 14001, respetivamente.

OBJETIVO ESTRATÉGICO/MISSÃO

A Aquaelvas assumiu, como seu objetivo fundamental, a satisfação das necessidades de distribuição de água e de recolha de águas residuais da população do Município de Elvas, num quadro realista de sustentabilidade económica, financeira, técnica, social e ambiental.

Com a capacidade e o *know-how* do seu acionista, a Aquaelvas apresentou e mantém até hoje, um projeto baseado em dois pilares fundamentais:

- Máxima Qualidade do Serviço Prestado através da utilização de tecnologia de ponta a par com uma estrutura de pessoal altamente qualificado;
- Excelência na assistência ao utilizador (Cliente).

A Aquaelvas tem por missão a exploração e a gestão dos serviços públicos municipais de distribuição de água para consumo público e de recolha de efluentes do Município de Elvas, incluindo a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos previstos no plano de investimentos dos sistemas concessionados.



W
H

RECURSOS HUMANOS

A política de gestão de recursos humanos da AquaElvas é definida em relação direta com a estratégia do grupo FCC, no sentido de garantir a existência de um conjunto de procedimentos e ferramentas que contribuam diretamente para a melhoria dos processos de gestão e que permitam alcançar os objetivos do sistema de gestão da qualidade, segurança, ambiente e responsabilidade aos quais nos propusemos, assegurando o envolvimento de todos os colaboradores.



Neste sentido, a AquaElvas procura conciliar o interesse e os objetivos de cada colaborador com os da empresa, definindo princípios de melhoria contínua, investindo na formação, na motivação, bem como nas condições de trabalho e segurança.

O número médio de pessoas ao serviço da empresa foi no exercício findo em 2016 de 20 pessoas (em 2015 foi de 21 pessoas).

ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

A evolução da situação económica da AquaElvas espelha, entre outras, a realidade de uma empresa com uma gestão orientada para o equilíbrio da exploração, a médio prazo, de um serviço privado de cariz essencial, que procura níveis de atendimento e padrões de qualidade elevados, adotando uma política tarifária que vise promover no médio prazo o equilíbrio económico-financeiro sustentável da empresa.

A análise económica e financeira que a seguir se apresenta procura resumir os resultados e a situação financeira e patrimonial, alcançadas pela AquaElvas no ano de 2016, devendo ser lida em conjugação com as demonstrações financeiras do exercício e as respetivas notas.

Volume de Negócios

O volume de negócios atingiu no final do período em análise, cerca de 2.788 milhões de euros (2.346 milhões de euros provenientes de Vendas e Serviços Prestados acrescidos de 442 milhares de euros originados pela aplicação da IAS 11), em linha com o estimado no plano estratégico elaborado para o mesmo período.

Comparando o exercício atual com o anterior, regista-se um decréscimo na rubrica de Vendas e Serviços Prestados, de cerca de 1,23% (de 2.375.783,71 euros em 2015 para 2.346.472,35 euros em 2016), e, a rubrica de rendimentos originados pela aplicação da IAS 11, aumentou a sua contribuição para o volume de negócios do período em análise em cerca de 82% (de 242.555,07 euros em 2015 para 442.102,02 euros em 2016).

Gastos e Perdas

O total dos gastos da AquaElvas, em 2016, foi de 2.482.521,22 euros, o qual comparado com o exercício anterior, que foi de 2.494.983,11 euros, representa um decréscimo de 0,50%. Estes valores não incluem o imposto sobre o rendimento.

A rubrica de custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC), na qual se inclui, para além dos materiais utilizados sobre o inventário existente, o valor da compra de água referente ao período em análise, registou 523.176,33 euros, representando cerca de 21,07% do total dos gastos do



exercício. Comparativamente com o exercício anterior a mesma registava 617.233,69 euros, representando então cerca de 24,74% do total dos gastos do exercício. A variação entre exercícios da rubrica de custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC) foi de -15,24%.

A rubrica de fornecimentos e serviços externos (expurgada da aplicação da IFRIC 12 conjugada com a IAS 11 - Contratos de Construção), registou 677.669,06 euros, representando cerca de 27,30 % do total dos gastos do exercício. Comparativamente com o exercício anterior a mesma registava 810.547,58 euros, representando então cerca de 32,49% do total dos gastos do exercício. A variação entre exercícios da rubrica de fornecimentos e serviços externo foi de 6,33%.

A rubrica subcontratos (pela aplicação da IFRIC 12 conjugada com a IAS 11 - Contratos de Construção), na parte respeitante à realização do Plano de Investimentos no ano de 2016, contribuiu para 15,78 % dos gastos totais, o equivalente a 442.102,02 euros para o período em análise.

Os gastos com o pessoal, no montante de 424.338,48 euros, representam cerca de 17,09% do total dos gastos do exercício. Comparativamente com o exercício anterior, a mesma rubrica registava 427.803,36 euros, representando então, cerca de 17,15% do total dos gastos do exercício. A variação entre exercícios da rubrica gastos com o pessoal foi de -0,81%.

A Aquaelvas reverteu em 2016, perdas por imparidade para créditos a receber no montante de 7.181,47 euros, tendo contudo registado gastos com créditos incobráveis no montante de 32.473,92 euros.

A rubrica de outros gastos registou em 2016, o valor de 121.964,16 euros (4,91% do total dos gastos do período), tendo registado em 2015, o montante de 97.710,56 euros (3,92% do total dos gastos do período). Este acréscimo deve-se essencialmente a um aumento das comissões bancárias no montante de 25.000 euros.

O valor dos gastos com depreciações e de amortizações permaneceu estável, apresentando o valor de 206.618,13 euros, para o período em análise, face a 205.706,80 euros no período anterior, representando esta rubrica, relativamente ao total dos gastos, respetivamente 8,32% e 8,24%.

O valor da rubrica de juros e gastos similares suportados pela Aquaelvas, registou no ano de 2016 o montante de 86.653,04 euros (equivalente a 3,49% do total dos gastos do exercício), que em comparação com o ano anterior representa um decréscimo de 7,25%, quando a mesma rubrica em 2015 registava 93.426,05 euros (equivalente a 3,74% do total dos gastos do exercício).

Rendimentos e Ganhos

O total dos rendimentos da Aquaelvas foi em 2016 de 2.801.624,84 euros, o qual comparado com o exercício anterior, que foi de 2.679.565,78 euros, representa um aumento de 4,56%.

A rubrica de vendas e serviços prestados registou em 2016 cerca de 2.346.472,35 euros, que comparado com o exercício anterior revela um decréscimo de 1,23% face ao valor de 2.375.783,71 euros de 2015.

A rubrica Vendas e prestações de serviços - Subcontratos (pela aplicação da IFRIC 12 conjugada com a IAS 11 - Contratos de Construção), na parte respeitante à realização do Plano de Investimentos contribuiu em 2016 com 442.102,02 euros, face ao valor de 242.555,07 euros apresentado no período anterior.

A rubrica de outros rendimentos, que registou 5.869,00 euros, reflete os excessos de estimativa para impostos. A mesma rubrica registava em 2015 o valor de 9.545,84 euros.



W
M
H

Resultado Líquido do Exercício

O resultado líquido do exercício, que ascende a 242.881,31 euros, representa um aumento face ao exercício anterior, que havia registrado um resultado positivo de 158.013,70 euros.

Evolução dos Capitais Próprios

Relativamente à evolução da rubrica de capitais próprios da Aquaelvas, a mesma apresenta no final do exercício de 2016 uma recuperação de aproximadamente 242.881 euros.

Apesar dos desafios decorrentes da envolvente macroeconómica, a Aquaelvas continua confiante na sua estratégia para enfrentar os mesmos, mantendo-se fiel ao seu compromisso de crescimento sustentável.

Ainda que muito dependentes da conjuntura económica nacional, os resultados acima mencionados foram conseguidos através de uma constante monitorização e aplicação de medidas corretivas durante todo o período em análise neste relatório.

Rentabilidade

O resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA) registado, foi de 612.374,79 euros relativamente ao período em análise, apresentando um grande aumento (26,60%) comparativamente com o período anterior.

Relativamente ao resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos (EBIT), o mesmo apresenta, face ao ano anterior, um aumento, situando-se no final de 2016 em 405.756,66 euros.

	Ano 2016	Ano 2015
Rentabilidade do ativo total	4,77%	2,91%
Rentabilidade dos capitais próprios	64,24%	116,88%
Rentabilidade das vendas	8,71%	6,03%
EBITDA	612.374,79 €	483.715,52 €
EBIT	405.756,66 €	278.008,72 €

Estrutura Financeira

A análise da estrutura do Balanço, nos dois últimos anos, reflete uma tendência de melhoria entre as principais rubricas do ativo, capital próprio e passivo.

Em valores absolutos, os registos evidenciam que o ativo passou de 5.429.604,97 euros em 2015 para 5.091.193,72 euros em 2016.

Em termos desagregados, os capitais próprios melhoram, passando de 135.198,45 euros em 2015 para 378.079,76 euros em 2016, tendo reforçado a sua importância na estrutura de capitais, passando de -2,55% para 8,02%. O passivo passou de 5.294.406,52 euros em 2015 para 4.713.113,96 euros em 2016.

Ao nível dos principais indicadores financeiros, numa análise global dos mesmos, e conforme se pode comprovar pelo quadro abaixo, verificou-se em 2016, em termos percentuais, uma relativa melhoria dos mesmos face ao ano de 2015:



	Ano 2016	Ano 2015
Capitais próprios	378 079,76 €	135 198,45 €
Passivo total	4 713 113,96 €	5 294 406,52 €
Passivo corrente	1 571 153,28 €	1 710 343,82 €
A tivo total	5 091 193,72 €	5 429 604,97 €
Autonomia financeira (Capitais próprios/A tivo total)	7,43%	2,49%
Solvabilidade (Capitais próprios/Passivo total)	8,02%	2,55%
Endividamento (Passivo total/A tivo total)	92,57%	97,51%
Estrutura do endividamento (Passivo corrente/Passivo total)	33,34%	32,30%

FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO PERÍODO

Não ocorreram acontecimentos subsequentes que impliquem ajustamentos e, ou, divulgação nas contas do exercício.

EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA ATIVIDADE

O Conselho de Administração da Aquaelvas encontra-se em mandato para o triénio 2014-2016.

A Administração da Aquaelvas está determinada em prosseguir a implementação de reformas que contribuam para uma redução de custos e uma maior eficiência dos serviços prestados.

Alicerçada na experiência do grupo empresarial em que se integra, na experiência adquirida ao longo dos últimos anos e na competência dos seus trabalhadores, a Aquaelvas encara o futuro com otimismo e confiança.

DÍVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E À SEGURANÇA SOCIAL

A empresa não tem em mora qualquer dívida à Administração Fiscal, nem ao Centro Regional de Segurança Social, nem a quaisquer outras entidades públicas.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Administração propõe que ao resultado líquido do período, que ascendeu a 242.881,31 euros, seja dada a seguinte aplicação:

Para Resultados Transitados: 242.881,31 Euros




AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração da Aquaelvas aproveita a oportunidade para agradecer o empenho e a colaboração prestada por todos os Funcionários, Clientes, Fornecedores, Instituição Bancárias, e demais entidades que com a empresa se relacionaram.

Elvas, a 31 de março de 2017

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



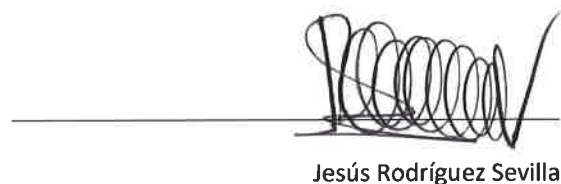
Luis Francisco de Lope Alonso

Presidente



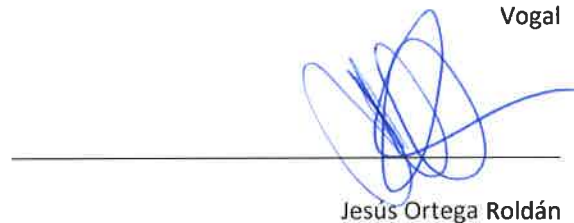
Guillermo Moya García-Renedo

Vogal



Jesús Rodríguez Sevilla

Vogal



Jesús Ortega Roldán

Vogal



W
H
H



2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



AQUAELVAS - ÁGUAS DE ELVAS, S.A.

BALANÇOS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

Em euros

	NOTAS	2016	2015
ATIVO			
A ativo não corrente			
A ativos fixos tangíveis	3.2 ; 6	23.806,41	32.764,99
A ativos intangíveis	3.1 ; 3.3 ; 6	4.305.722,59	4.498.516,14
Outros ativos financeiros		158,94	158,94
A ativos por impostos diferidos	3.5 ; 7	192.582,41	180.569,28
sub total		4.522.270,35	4.712.009,35
A ativo corrente			
Inventários	3.6 ; 15	26.215,23	29.629,98
Clientes	3.8 ; 9	286.004,26	314.386,26
Estado e outros entes públicos	3.5 ; 8	0,00	11.185,88
Outros créditos a receber	3.0 ; 9	68.877,39	67.777,08
Diferimentos	10	6.652,63	1.662,75
Caixa e depósitos bancários	3.8 ; 4	181.173,86	292.953,66
sub total		588.923,37	717.595,62
Total do ativo		5.091.193,72	5.429.604,97
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	3.7 ; 13	50.000,00	50.000,00
Outros instrumentos de capital próprio	3.7 ; 13	352.000,00	352.000,00
Reservas legais	3.7 ; 13	10.000,00	4.118,35
Resultados transitados	3.7 ; 13	(276.801,55)	(428.933,60)
Resultado líquido do período	3.7 ; 13	242.881,31	158.013,70
Total do capital próprio		378.079,76	135.198,45
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	3.11 ; 6	579.960,68	1.022.062,70
Financiamentos obtidos	3.8 ; 11	2.562.000,00	2.562.000,00
sub total		3.141.960,68	3.584.062,70
Passivo corrente			
Fornecedores	3.8 ; 12	211.611,79	375.754,10
A diantamentos de clientes	3.8 ; 9	19.601,12	18.513,36
Estado e outros entes públicos	3.5 ; 8	61.876,08	9.664,42
Outras dívidas a pagar	3.8 ; 12	1.278.064,29	1.306.411,94
sub total		1.571.153,28	1.710.343,82
Total do passivo		4.713.113,96	5.294.406,52
Total do capital próprio e do passivo		5.091.193,72	5.429.604,97

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2016

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



aquaelvas

p.15



AQUAELVAS - ÁGUAS DE ELVAS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS DOS RESULTADOS POR NATUREZAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

Em euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2016	2015
Vendas e serviços prestados	3 9 ; 14	2 788 574,37	2 618 338,78
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	3 6 ; 15	(523 176,33)	(617 233,69)
Fornecimentos e serviços externos	16	(1 119 771,08)	(1 053 102,65)
Gastos com o pessoal	17	(424 338,48)	(427 803,36)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	7 181,47	51 681,16
Outros rendimentos	18	5 869,00	9 545,84
Outros gastos	19	(121 964,16)	(97 710,56)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		612.374,79	483.715,52
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	20	(206.618,13)	(205 706,80)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		405.756,66	278.008,72
Juros e gastos similares suportados	21	(86.653,04)	(93.426,05)
Resultado antes de impostos		319.103,62	184.582,67
Impostos sobre o rendimento do período	22	(76 222,31)	(26 568,97)
Resultado líquido do período		242.881,31	158.013,70

O anexo faz parte integrante da demonstração de resultados por naturezas do exercício findo em 31 de dezembro de 2016

O CONTABILISTA CERTIFICA DO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



AQUAELVAS - ÁGUAS DE ELVAS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS DOS FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

Em euros

RUBRICAS	NOTAS	2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		2 373 276,07	2 037 848,20
Pagamentos a fornecedores		(1 731 320,93)	(1 172 538,88)
Pagamentos ao pessoal		(416 714,93)	(463 400,29)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(42.072,48)	(66 224,47)
Outros recebimentos/pagamentos		(111 141,43)	(13 943,55)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		72.026,30	321.741,01
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
A ativos fixos tangíveis		(4.866,00)	0,00
A ativos intangíveis		(61.131,87)	(134.990,34)
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(65.997,87)	(134.990,34)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		(117.808,23)	(94.569,33)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(117.808,23)	(94.569,33)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(111.779,80)	92.181,34
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	4	292.953,66	200.772,32
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	4	181.173,86	292.953,66

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2016

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



AQUAELVAS - ÁGUAS DE ELVAS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

MOVIMENTOS NO EXERCÍCIO	NOTA	Capital nominal	Outros instrumentos de capital próprio	Reserva legal	Resultados transitados	Em euros	
						Resultado líquido do exercício	Total
Posição no início do exercício		50.000,00	352.000,00	4.118,35	(428.933,60)	158.013,70	135.198,45
Aumentos/diminuições de reservas por aplicação dos resultados	13			5.881,65	152.132,05	(158.013,70)	
Total dos aumentos/diminuições diretos no capital próprio		50.000,00	352.000,00	10.000,00	(276.801,55)		135.198,45
Resultado líquido do exercício						242.881,31	242.881,31
Posição no fim do período		50.000,00	352.000,00	10.000,00	(276.801,55)	242.881,31	378.079,76

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

MOVIMENTOS NO EXERCÍCIO	NOTA	Capital nominal	Outros instrumentos de capital próprio	Reserva legal	Resultados transitados	Em euros	
						Resultado líquido do exercício	Total
Posição no início do exercício		50.000,00	352.000,00	2.833,84	(453.339,31)	25.690,22	(22.815,25)
Aumentos/diminuições de reservas por aplicação dos resultados	13			1.284,51	24.405,71	(25.690,22)	
Total dos aumentos/diminuições diretos no capital próprio		50.000,00	352.000,00	4.118,35	(428.933,60)	0,00	(22.815,25)
Resultado líquido do exercício						158.013,70	158.013,70
Posição no fim do período		50.000,00	352.000,00	4.118,35	(428.933,60)	158.013,70	135.198,45

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações do capital próprio do exercício findo em 31 de Dezembro de 2016

O CONTA BILISTA CERTIFICADO



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

aquaelvas p.18



W
Handwritten signature in blue ink.



3. ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



Handwritten signature and initials in blue ink.

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Aqualvas - Águas de Elvas, S.A. ("Empresa" ou "Aqualvas") é uma sociedade anónima, com sede na Praça da República, nº 12 em Elvas, constituída em 19 de agosto de 2008, no Cartório Notarial de Lisboa, tendo iniciado a sua atividade a 1 de maio de 2009, tendo como atividade principal a concessão da Exploração e Gestão dos Sistemas de Distribuição de Água para Consumo Público e de Recolha de Efluentes do Concelho de Elvas, incluindo esta atividade, a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos que compõem os sistemas concessionados, a realização de todas as obras necessárias à execução do plano de investimentos da concessão, bem como a realização de todos os atos necessários para a prossecução da sua atividade.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho e de acordo com a estrutura conceptual, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro ("NCRF") e Normas Interpretativas ("NI") consignadas nos avisos 15652/2009, 15653/2009 e 15655/2009, de 27 de agosto de 2009, as quais, no seu conjunto, constituem o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC"). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por "NCRF".

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras da Aqualvas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidas de acordo com as NCRF em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

3.1 ATIVIDADE CONCESSIONÁRIA

A Empresa exerce uma atividade que consiste na prestação de serviços de interesse económico geral, indispensável ao bem-estar das populações, ao desenvolvimento das atividades económicas e à proteção do meio ambiente. Esta atividade é desenvolvida num enquadramento de melhoria contínua da prestação dos serviços públicos de distribuição de água para consumo público e de recolha de águas residuais. A mesma é desenvolvida num contexto definido pela legislação e regulamentação em vigor, pelo disposto nos contratos de concessão de serviço público celebrados com o Município e pelas disposições e recomendações emitidas pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR).

Como prestador de um serviço público, a Empresa opera num ambiente regulado. O regulador – ERSAR – nos termos da legislação em vigor, controla entre outros aspetos, a tarifa a cobrar pelos serviços prestados. No balanceamento do interesse público com o equilíbrio económico-financeiro das empresas nos termos do contrato de concessão, o regulador pode tomar medidas com impacto negativo no *cashflow*, com todas as consequências adversas que daí resultam.

As tarifas a praticar pela empresa carecem de aprovação pelo órgão que exerce o poder concedente, mediante o parecer do regulador sobre a sua adequabilidade.

Tendo em conta a hierarquia definida na IAS 8 – Políticas Contabilísticas e as circunstâncias específicas dos contratos de concessão em vigor, a Empresa adotou as regras internacionalmente aplicáveis às empresas que atuam em mercados com estas características (nomeadamente a IFRIC 12).



IFRIC 12

A concessão inclui uma infraestrutura já edificada pelo Município, a construção de novas infraestruturas, a manutenção das mesmas e a sua operação. No final do prazo, estas infraestruturas retornam ao concedente em pleno estado de utilização.

Por não deter o controlo sobre as infraestruturas, à luz do definido pela IFRIC 12 foi reconhecido, como contrapartida do valor a pagar ao Município, um ativo intangível correspondente a um direito de cobrar aos utilizadores da infraestrutura de uso público, uma vez que o risco da procura é assumido pelo concessionário. A Empresa estabeleceu contratualmente uma obrigação de efetuar um investimento total de 5.784 milhares de Euros (Nota 6).

De acordo com a IFRIC 12, caso a finalidade de tal investimento seja de manter ou restaurar a infraestrutura, a obrigação contratual deve ser reconhecida e mensurada de acordo com a IAS 37, ou seja a melhor estimativa do valor presente do custo que será necessário para realizar a obrigação. Alterações subsequentes na mensuração da responsabilidade devem ser adicionadas ou deduzidas ao custo do ativo intangível. Tratando-se de um investimento de expansão, a IFRIC 12 preconiza que o investimento deve ser reconhecido no ativo à medida que vai sendo realizado, e de acordo com a IAS 11 – Contratos de Construção (percentagem de acabamento) durante a sua execução. É entendimento da Administração que o Plano de Investimento estabelecido com o Município se trata de um plano de investimento de expansão e não apenas de manutenção e restauração uma vez que preconiza uma melhoria contínua das condições atuais e construção de novas infraestruturas.

Uma vez que a concessão contempla a prestação de mais do que um serviço – o de construção, modernização e renovação das infraestruturas e o de exploração e gestão da concessão, a Aquaelvas reconhece os réditos e os custos relacionados com a construção das infraestruturas concessionadas de acordo com a IAS 11 – Contratos de Construção, o qual se materializa num direito de cobrar aos utilizadores por um serviço público, e o rédito e os custos relacionados com a operação de acordo com a IAS 18 – Rédito. De salientar que o direito de cobrar aos utilizadores por um serviço público não se traduz num direito incondicional de receber uma determinada quantia, porque os montantes estão condicionados ao facto de os utilizadores utilizarem o serviço.

3.2 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondentes aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Vida Útil
Grupo 2 - Instalações	8 a 10 anos
Grupo 3 - Máquinas, aparelhos e ferramentas	1 a 8 anos
Grupo 4 - Material rolante ou de transporte	4 anos
Grupo 5 - Elementos diversos	3 a 8 anos

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.



As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

3.3 ATIVOS INTANGÍVEIS

Nos termos do contrato de concessão, a concessionária reconhece um ativo intangível na medida em que lhe seja conferido o direito (licença) de cobrar um preço aos utentes do serviço público. Como no presente acordo de concessão a concessionária é remunerada em relação aos serviços de construção, modernização e renovação das infraestruturas com base num ativo intangível, o ativo intangível tem por base o reconhecimento dos gastos de construção, modernização e renovação das infraestruturas incorridos, na percentagem na proporção do total do investimento estabelecido com o município.

O ativo intangível é amortizado numa base sistemática de acordo com o padrão de obtenção de benefícios económicos associados ao mesmo, que são determinados pela regulação económica e pela aceitação dos gastos de amortização na formação anual das tarifas por parte do regulador. As amortizações são calculadas tendo por base o prazo da concessão previsto no estudo de viabilidade económico-financeira.

3.4 IMPARIDADE DE ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Sempre que exista algum indicador que os ativos fixos tangíveis possam estar em imparidade, é efetuada uma estimativa do seu valor recuperável a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso). Quando não é possível determinar o valor recuperável de um ativo individual, é estimado o valor recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

O valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre: (i) o justo valor deduzido do custo para vender; e (ii) o valor do uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente as quais as estimativas e os fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustados.

Sempre que o valor líquido contabilístico do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior ao seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados.

A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite do montante que estaria reconhecido (líquido de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.



3.5 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento correspondem à soma do imposto corrente com os impostos diferidos. O imposto corrente e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Nestes casos, os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em exercícios subsequentes, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

A compensação entre ativos e passivos por impostos diferidos apenas é permitida quando: (i) a Empresa tem um direito legal de proceder à compensação entre tais ativos e passivos para efeitos de liquidação; (ii) tais ativos e passivos se relacionam com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal; e (iii) a Empresa tem intenção de proceder à compensação para efeitos de liquidação.

3.6 INVENTÁRIOS

Os inventários são registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários aos inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registada uma perda por imparidade pela respetiva diferença. As variações do exercício nas perdas por imparidade de inventários são registadas em resultados.

3.7 CAPITAL PRÓPRIO

Capital subscrito

Em cumprimento do disposto no art.º 272 do Código das Sociedades Comerciais (CSC) o contrato de sociedade indica o prazo para realização do capital subscrito e não realizado à data da escritura.

Outros instrumentos de capital próprio

Esta rubrica inclui prestações acessórias que foram efetuadas pelos acionistas, na sequência de deliberação em Assembleia Geral, e que ficaram sujeitas ao regime das prestações suplementares. De acordo com este regime, tais prestações não vencem juros (art.º 210 do CSC), não têm prazo de reembolso definido (art.º 211 do CSC) e só podem ser reembolsadas se, após o seu reembolso, o capital próprio não ficar inferior à soma do capital e da reserva legal (art.º 213 do CSC).



3.8 ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos financeiros e os passivos financeiros são mensurados ao custo ou ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, quando sejam à vista ou tenham maturidade definida, tenham associado um retorno fixo ou determinável, e não sejam ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado corresponde à quantia pela qual um ativo financeiro ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa, usando o método da taxa de juro efetiva, de qualquer diferença entre essa quantia inicial e a quantia na maturidade. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

Os ativos e passivos financeiros ao custo ou ao custo amortizado incluem:

- Clientes;
- Outros créditos a receber;
- Diferimentos;
- Fornecedores;
- Adiantamentos de clientes; e
- Outras dívidas a pagar.

Caixa e equivalentes a caixa

A rubrica de caixa e seus equivalentes inclui os valores de caixa, depósitos à ordem e descobertos bancários, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados negativamente.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo.

As perdas por imparidade são registadas em resultados no período em que são determinadas.



Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados.

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais a Empresa reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.9 RÉDITO

Os rendimentos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador e o montante dos rendimentos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes, pelo seu justo valor do montante a receber.

Os rendimentos resultantes das prestações de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados em função do grau de execução do serviço, ou no caso dos contratos de manutenção no período de vigência dos contratos. As prestações de serviços são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes, pelo justo valor do montante a receber.

3.10 ESPECIALIZAÇÃO DOS EXERCÍCIOS

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, independentemente do momento em que as transações são faturadas. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Os gastos e rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de diferimentos.

3.11 PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra um exfluxo económico e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.



Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

Ativos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.12 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.13 GESTÃO DO RISCO

O risco financeiro ao qual se encontra exposta a empresa é pouco diverso, envolvendo apenas taxas de juro e crédito concedido.

Os empréstimos bancários vencem juros indexados a taxas de referência de curto prazo (entre 1 a 6 meses) e como tal as suas variações contribuem para afetar os resultados.

O risco de crédito é muito limitado uma vez que o principal cliente são entidades de baixo risco, não se justificando economicamente a constituição de seguro de crédito.

3.14 JUÍZOS DE VALOR CRÍTICOS E PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA ASSOCIADAS A ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam o valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como os rendimentos e gastos do exercício.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- Imparidade de créditos a receber;
- Acréscimos de rendimentos e gastos.



4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O detalhe de caixa e seus equivalentes constantes das demonstrações dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 era:

	Ano 2016	Ano 2015
Caixa	4 408,60 €	3 918,66 €
Depósitos à ordem	176 765,26 €	289 035,00 €
Total	181 173,86 €	292 953,66 €
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	181 173,86 €	292 953,66 €

5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas ou alterações significativas de estimativas, nem foram identificados erros que devessem ser corrigidos.

6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

ATIVO BRUTO TANGÍVEL	Saldo em 31.12.2015	Aumentos e transferências	Saldo em 31.12.2016
Ativos fixos tangíveis			
Equipamento básico	103 224,46 €	4 866,00 €	108 090,46 €
Equipamento administrativo	34 511,54 €	0,00 €	34 511,54 €
Total	137.736,00 €	4.866,00 €	142 802,00 €

AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	Saldo em 31.12.2015	Aumentos e transferências	Saldo em 31.12.2016
Ativos fixos tangíveis			
Equipamento básico	87 047,14 €	12 945,98 €	99 993,12 €
Equipamento administrativo	17 923,87 €	878,50 €	18 802,47 €
Total	104.971,01 €	13.824,58 €	118.795,59 €
Saldo líquido	32.764,99 €	(8.958,58) €	23 806,41 €

ATIVO BRUTO TANGÍVEL	Saldo em 31.12.2014	Aumentos e transferências	Saldo em 31.12.2015
Ativos fixos tangíveis			
Equipamento básico	115 850,89 €	(12 626,43) €	103 224,46 €
Equipamento administrativo	21 885,11 €	12 626,43 €	34 511,54 €
Total	137.736,00 €	0,00 €	137.736,00 €

AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	Saldo em 31.12.2014	Aumentos e transferências	Saldo em 31.12.2015
Ativos fixos tangíveis			
Equipamento básico	76 237,66 €	10 809,48 €	87 047,14 €
Equipamento administrativo	15 820,10 €	2 103,77 €	17 923,87 €
Total	92.057,76 €	12.913,25 €	104.971,01 €
Saldo líquido	45.678,24 €	(12.913,25) €	32 764,99 €



Handwritten signature and initials in blue ink.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o movimento ocorrido no valor dos ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

ATIVO BRUTO INTANGÍVEL		Saldo em 31.12.2015	Aumentos e transferências	Saldo em 31.12.2016
Ativos intangíveis em Firma		5.783.648,07 €	0,00 €	5.783.648,07 €
Total		5.783.648,07 €	0,00 €	5.783.648,07 €
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS		Saldo em 31.12.2015	Aumentos e transferências	Saldo em 31.12.2016
Ativos intangíveis em Firma		1.285.131,93 €	192.793,55 €	1.477.925,48 €
Total		1.285.131,93 €	192.793,55 €	1.477.925,48 €
Saldo líquido		4.498.516,14 €	(192.793,55) €	4.305.722,59 €

ATIVO BRUTO INTANGÍVEL		Saldo em 31.12.2014	Aumentos e transferências	Saldo em 31.12.2015
Ativos intangíveis em Firma		5.783.648,08 €	(0,01) €	5.783.648,07 €
Total		5.783.648,08 €	(0,01) €	5.783.648,07 €
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS		Saldo em 31.12.2014	Aumentos e transferências	Saldo em 31.12.2015
Ativos intangíveis em Firma		1.092.338,38 €	192.793,55 €	1.285.131,93 €
Total		1.092.338,38 €	192.793,55 €	1.285.131,93 €
Saldo líquido		4.691.309,70 €	(192.793,56) €	4.498.516,14 €

Provisões

As provisões registadas são referentes, essencialmente, ao montante do investimento que, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, se encontra em falta efetuar face ao valor total do investimento inicialmente previsto e contratualizado, no âmbito da concessão (corresponde a uma obrigação contratual, reconhecida em contrapartida de ativos intangíveis).

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o movimento ocorrido no valor das provisões, foi o seguinte:

	Ano 2016	Ano 2015
Saldo inicial	1.022.062,70 €	1.269.117,81 €
Diminuições		
Plano de Investimento (Nota 14)	(442.102,02) €	(242.555,07) €
Outros	0,00 €	(4.500,04) €
Saldo final	579.960,68 €	1.022.062,70 €



7. IMPOSTOS DIFERIDOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o movimento ocorrido nos ativos por impostos diferidos foi conforme segue:

	Ano 2016	Ano 2015
	Ativos por impostos diferidos	Ativos por impostos diferidos
Saldo inicial	180.569,28 €	155.194,95 €
Efeitos na demonstração de resultados		
Aumento/(Redução) de ajustamentos não aceites para efeitos fiscais (Nota 22)	12.013,13 €	25.374,33 €
Total dos efeitos na demonstração de resultados	12.013,13 €	25.374,33 €
Saldo final	192.582,41 €	180.569,28 €

A taxa de imposto utilizada para a valorização das diferenças tributárias à data do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi de 21%, acrescida de derrama.

Os ativos por impostos diferidos respeitam a diferenças de critério contabilístico e fiscal na amortização de ativos intangíveis.

8. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de “Estado e outros entes públicos” apresentava a seguinte composição:

	Ano 2016	Ano 2015
A tivo		
Imposto sobre o rendimento de pessoas coletivas	0,00 €	830,86 €
Retenção de impostos sobre o rendimento de pessoas singulares	0,00 €	1.861,21 €
Imposto sobre o valor acrescentado	0,00 €	8.493,81 €
Total	0,00 €	11.185,88 €
	Ano 2016	Ano 2015
Passivo		
Imposto sobre o rendimento de pessoas coletivas	88.235,44 €	0,00 €
Pagamentos por conta pagos em 2016	(40.677,57) €	0,00 €
Retenção de impostos sobre o rendimento de pessoas singulares	3.018,69 €	0,00 €
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	3.113,12 €	0,00 €
Contribuições para a segurança social	8.186,40 €	9.664,42 €
Total	61.876,08 €	9.664,42 €

9. CLIENTES E OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de “Clientes” apresentava a seguinte composição:

	Ano 2016	Ano 2015
Cientes		
Cientes C/C	296 652,51 €	332 215,98 €
Perdas por imparidade acumuladas	(10 648,25) €	(17 829,72) €
Total	286 004,26 €	314 386,26 €



Handwritten signature and initials in blue ink.

Perdas por imparidade

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o movimento ocorrido nas perdas por imparidades acumuladas de contas a receber foi como segue:

	Ano 2016	Ano 2015
Saldo inicial	(17.829,72) €	(69.510,88) €
Reforço	(25.292,45) €	(27.695,87) €
Reversão	32.473,92 €	79.377,03 €
Saldo final	(10.648,25)	(17.829,72)
Variação Ano	7.181,47	51.681,16

Outros créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de "Outros créditos a receber" apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2016	Ano 2015
Outros créditos a receber		
Estimativa de produção pendente de faturação (a)	63.627,39 €	62.527,08 €
Outros devedores	5.250,00 €	5.250,00 €
Total	68.877,39 €	67.777,08 €

(a) O valor da rubrica devedores por acréscimos de rendimentos, acima mencionado, corresponde à especialização do exercício na parte de receitas, que respeitam ao desfaseamento temporal, entre a faturação e a contagem real dos consumos efetuados.

Adiantamentos de clientes

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de "Adiantamentos de clientes" apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2016	Ano 2015
Adiantamentos de clientes	19.601,12 €	18.513,36 €
Total	19.601,12 €	18.513,36 €

10. DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de "Diferimentos" apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2016	Ano 2015
Diferimentos		
Gastos a reconhecer	6.652,63 €	1.662,75 €
Total	6.652,63 €	1.662,75 €



11. PARTES RELACIONADAS

A sociedade faz parte do grupo FCC através da participação de 100,00 % da empresa FCC Aqualia, S.A. As contas da sociedade são incluídas na consolidação de contas do respetivo grupo.

A Aqualias, juntamente com outras empresas do Grupo FCC, figura como garante nos créditos sindicados contraídos pela Empresa-Mãe, FCC, S.A., por um montante de 1.243 milhares de euros. Não existe nenhuma apólice de crédito bilateral na FCC, S.A., em que figure como garante a Aqualias.

Participação no acordo de refinanciamento Grupo FCC

Com base no Contrato Quadro de Reestruturação e no Contrato de Financiamento subscrito por um grupo de empresas encabeçado pela FCC, S.A. e entre as quais se encontra a Sociedade e praticamente a totalidade dos seus credores financeiros, em 26 de junho de 2014 procedeu-se à outorga de um contrato de empréstimo entre a FCC e a Sociedade.

O referido contrato de empréstimo tornou-se efetivo mediante a assunção expressa, irrevogável e incondicional por parte da FCC como devedor mas com caráter cumulativo e solidário com a Sociedade da posição contratual da mesma na Dívida afetada.

O vencimento do contrato de empréstimo fixado é idêntico àquele do contrato de Financiamento para a FCC, S.A., isto é, vencimento no final de junho de 2018. Assim, a Sociedade apresenta este empréstimo como Dívidas financeiras não correntes.

A taxa de juro média aplicada foi de 4,32% em 2016 (4,55% durante o exercício de 2015).

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Empresa apresenta os seguintes saldos com partes relacionadas:

SALDOS	Ano 2016			Ano 2015		
	Fornecedores (Nota 12)	Financiamentos obtidos - Não Corrente	Outras dívidas a pagar - Corrente (Nota 12)	Fornecedores (Nota 12)	Financiamentos obtidos - Não Corrente	Outras dívidas a pagar - Corrente (Nota 12)
FCC Aqualia S.A. - Sucursal em Portugal	0,00 €	0,00 €	1 004 663,69 €	65 563,26 €	0,00 €	1 065 795,56 €
FCC, S.A.	0,00 €	987 000,00 €	19 666,52 €	0,00 €	987 000,00 €	18 396,04 €
Hidrotec, Tecnología del Agua, S.L.U.	0,00 €	0,00 €	2 920,45 €	4 633,98 €	0,00 €	0,00 €
FCC Aqualia S.A.	0,00 €	1 575 000,00 €	79 149,02 €	0,00 €	1 575 000,00 €	111 574,69 €
Total	0,00 €	2.562.000,00 €	1.106.399,68 €	70.197,24 €	2.562.000,00 €	1.195.766,29 €

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Empresa efetuou as seguintes transações com partes relacionadas:

TRANSAÇÕES	Ano 2016				Ano 2015	
	Fornecimentos e serviços externos (Nota 16)	Vendas (Nota 18)	Outros gastos (Nota 19)	Juros e gastos similares suportados (Nota 21)	Fornecimentos e serviços externos (Nota 16)	Juros e gastos similares suportados (Nota 21)
FCC Aqualia S.A. - Sucursal em Portugal	615 124,55 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	387 443,07 €	0,00 €
FCC, S.A.	0,00 €	0,00 €	9 501,51 €	43 432,39 €	0,00 €	44 949,08 €
Hidrotec, Tecnología del Agua, S.L.U.	24 756,20 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	6 475,98 €	0,00 €
Aqualia Intech S.A.	0,00 €	8 057,07 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
FCC Aqualia S.A.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	43 220,65 €	0,00 €	47 083,33 €
Total	639.880,75 €	8.057,07 €	9.501,51 €	86.653,04 €	393.919,05 €	92.032,41 €



Handwritten signature and initials in blue ink.

12. FORNECEDORES E OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as rubricas de “Fornecedores” e “Outras dívidas a pagar” apresentava a seguinte composição:

	Ano 2016	Ano 2015
Fornecedores		
Partes relacionadas (Nota 11)	0,00 €	70 197,24 €
Fornecedores C/C	211.611,79 €	305 556,86 €
Total	211.611,79 €	375.754,10 €
Outras dívidas a pagar		
Pessoal	20,47 €	40,94 €
Fornecedores de investimentos (Nota 11)	1.004.663,69 €	1.065.795,56 €
Credores por acréscimos de gastos	212.648,22 €	195.528,60 €
Outros credores	60.731,91 €	45.046,84 €
Total	1.278.064,29 €	1.306.411,94 €

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Outras dívidas a pagar” inclui saldos com partes relacionadas nos montantes de 1.103.479,23 Euros e 1.195.766,29 Euros, respetivamente (Nota 11).

13. CAPITAL PRÓPRIO

Capital subscrito

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o capital, totalmente subscrito e realizado, era composto por 50.000 ações com o valor nominal de 1 Euro cada.

Aplicação de resultados

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral realizada em 30 de junho de 2016, o resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, no montante de 158.013,70 Euros, foi transferido para reserva legal no montante de 5.881,65 Euros e o remanescente para a rubrica de resultados transitados.

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral realizada em 22 de junho de 2015, o resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, no montante de 25.690,22 Euros, foi transferido para reserva legal no montante de 1.284,51 Euros e o remanescente para a rubrica de resultados transitados.

14. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Vendas e prestações de serviços” apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2016	Ano 2015
Vendas e serviços prestados	2 346 472,35 €	2 375 783,71 €
Subcontratos (1) (Nota 6)	442.102,02 €	242.555,07 €
Total	2.788.574,37 €	2.618.338,78 €

(1) Corresponde à componente de proveitos relacionados na atividade de construção, reparação e manutenção das infraestruturas tal como referido nas notas 2 e 3.



15. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Custo de Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas” é detalhada como se segue:

	Ano 2016	Ano 2015
Matérias-primas		
Inventários iniciais	29 629,98 €	29 877,76 €
Compras	519.761,58 €	616 985,91 €
Inventários finais	26.215,23 €	29 629,98 €
Total	523.176,33 €	617.233,69 €

16. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Fornecimentos e Serviços Externos” é detalhada como se segue:

	Ano 2016	Ano 2015
Subcontratos (1)	442.102,02 €	242 555,07 €
Serviços especializados	369.988,31 €	460 513,91 €
Materiais	7.009,97 €	19 427,74 €
Energia e fluidos	131.230,38 €	144 556,51 €
Deslocações, estadas e transportes	3 520,73 €	9 957,81 €
Serviços diversos	165.919,67 €	176 091,61 €
Total	1.119.771,08 €	1.053.102,65 €

(1) Corresponde à componente de custos incorridos na atividade de construção, reparação e manutenção das infraestruturas.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os gastos incorridos com partes relacionadas foram de 611.113,93 Euros e 393.919,05 Euros, respetivamente (Nota 11).

17. GASTOS COM O PESSOAL

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Gastos com o Pessoal” é detalhada como se segue:

	Ano 2016	Ano 2015
Remunerações	322.398,88 €	328 722,74 €
Encargos sociais	72.338,74 €	73 964,25 €
Seguros de acidentes de trabalho	5.086,87 €	3.974,26 €
Gastos de ação social (SHT)	262,40 €	311,66 €
Outros gastos com o pessoal	24.251,59 €	20.830,45 €
Total	424.338,48 €	427.803,36 €

O número médio de colaboradores ao serviço da Empresa, repartido por empregados e assalariados foi no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 de 20 e 21 colaboradores, respetivamente.



18. OUTROS RENDIMENTOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica "Outros rendimentos" é detalhada como se segue:

	Ano 2016	Ano 2015
Rendimentos suplementares	40,80 €	0,00 €
Excesso da estimativa para impostos	2.274,30 €	1.686,36 €
Reversão provisão para impostos	0,00 €	1.631,87 €
Outros rendimentos	3.553,90 €	6.227,61 €
Total	5.869,00 €	9.545,84 €

19. OUTROS GASTOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica "Outros gastos" apresentava a seguinte decomposição:

	Ano 2016	Ano 2015
Impostos e taxas	19.299,32 €	20.581,98 €
Donativos	300,00 €	0,00 €
Quotizações	120,00 €	540,00 €
Multas e penalidades	21,11 €	0,00 €
Serviços bancários	65.997,24 €	41.088,04 €
Dívidas incobráveis	32.473,92 €	31.418,54 €
Outros gastos	3.752,57 €	4.082,00 €
Total	121.964,16 €	97.710,56 €

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 os "Outros gastos" incorridos com partes relacionadas ascendem a 9.601,51 Euros (Nota 11).

20. GASTOS DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o detalhe da rubrica de "Gastos de depreciação e de amortização" era o seguinte:

	Ano 2016	Ano 2015
Ativos fixos tangíveis		
Equipamento básico	12.945,98 €	12.033,70 €
Equipamento administrativo	878,60 €	879,55 €
Ativos intangíveis		
Outros ativos intangíveis (Reversíveis)	192.793,55 €	192.793,55 €
Total	206.618,13 €	205.706,80 €



21. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

A rubrica “Juros e gastos similares suportados” apresentava no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a seguinte composição:

	Ano 2016	Ano 2015
Juros suportados		
Juros de financiamentos obtidos	86.653,04 €	93.426,05 €
Total	86.653,04 €	93.426,05 €

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica inclui transações com partes relacionadas nos montantes de 66.986,52 Euros e 92.032,41 Euros, respetivamente (Nota 11).

22. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”) à taxa de 21%, nos termos do artigo 87º do Código do IRC, que pode ser incrementado pela derrama até à taxa máxima de 1,5% do lucro tributável dependendo do município onde opera. No Município de Elvas, a derrama é de 0,4%, resultando numa taxa de imposto agregada máxima de 21,4%.

Para o exercício de 2016, os referidos lucros tributáveis são sujeitos a derrama estadual conforme segue:

- 3% para lucros tributáveis entre 1.500.000 Euros e 7.500.000 Euros;
- 5% para lucros tributáveis entre 7.500.000 Euros e 35.000.000 Euros;
- 7% para lucros tributáveis superiores a 35.000.000 Euros.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, a Empresa encontra-se ainda sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2013 a 2016 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

Para o exercício de 2015, foram ainda alteradas as regras de dedução de prejuízos fiscais reportáveis (“PFR”). O prazo de reporte dos prejuízos fiscais reportáveis apurados em períodos de tributação iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014 passou para doze períodos de tributação (este prazo é de cinco anos para os PFR apurados nos períodos de tributação de 2012 e 2013).

Adicionalmente, a dedução dos prejuízos fiscais reportáveis passou a estar limitada a 70% do lucro tributável, sendo esta regra aplicável às deduções efetuadas nos períodos de tributação iniciados em ou



após 1 de janeiro de 2014, independentemente dos períodos de tributação em que tenham sido apurados.

Os gastos com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2016 e 2015, são detalhados conforme segue:

	Ano 2016	Ano 2015
Resultado antes de impostos	319.103,62 €	184.582,67 €
Amortização de investimentos reversíveis não aceites	192.793,55 €	192.793,55 €
Donativos	300,00 €	0,00 €
Multas, coimas, juros compensatórios e demais infrações	21,11 €	0,00 €
Correções relativas a períodos anteriores	0,00 €	(1.686,36) €
Outros	17.744,07 €	20.057,12 €
Créditos incobráveis não aceites	32.473,92 €	31.418,54 €
Amortização de investimentos reversíveis aceites	(139.401,87) €	(139.401,86) €
Reversão imparidade	(32.473,92) €	(81.008,90) €
Lucro tributável	390.560,48 €	206.754,77 €
Prejuízos reportados de anos anteriores	0,00 €	0,00 €
Matéria coletável	390.560,48 €	206.754,77 €
Coleta	81.417,70 €	42.818,50 €
Pagamento especial por conta	0,00 €	0,00 €
Retenções na fonte	0,00 €	0,00 €
Pagamento por conta (Nota 8)	40.677,57 €	0,00 €
IRC a pagar/recuperar	40.740,13 €	42.818,50 €
Derrama	1.562,24 €	3.101,32 €
Tributações autónomas	5.255,49 €	6.023,50 €
Total a pagar/recuperar	47.557,86 €	51.943,32 €
Imposto corrente do exercício (Nota 8)	88.235,44 €	51.943,32 €
Imposto diferido ativo (Nota 7)	(12.013,13) €	(25.374,33) €
Imposto do exercício	76.222,31 €	26.568,97 €

<i>Resultado antes do impacto do imposto diferido activo</i>	319.103,62	184.582,67
<i>Imposto diferido activo (2741/8122)</i>	12.013,13	25.374,33
<i>Imposto do período com impacto do imposto diferido activo no resultado</i>	(76.222,31)	(26.568,99)
<i>Resultado após impacto do imposto diferido activo</i>	242.881,31	158.013,68

23. ATIVOS CONTINGENTES

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, não existiam na Aquaelvas ativos contingentes, nem conhecimento de que pudessem vir a registar-se, relativamente ao período em questão.



24. MÚTUOS E GARANTIAS

Continuidade das operações

Risco de liquidez

Este risco tem origem nos desfasamentos temporais entre os recursos gerados pela atividade e as necessidades de fundos para corresponder ao pagamento das dívidas, circulante, etc.

Em 31 de dezembro de 2016, a empresa apresentava Caixa e equivalentes no montante de 181.173,86 Euros, tendo gerado um fluxo de caixa das atividades operacionais de 72.026,30 Euros, não existindo qualquer dívida financeira de curto prazo. Em 31 de dezembro de 2016, a empresa apresentava um passivo corrente superior ao ativo corrente em, aproximadamente, 1.003.000 euros, embora naquele passivo se incluam aproximadamente 1.106.000 Euros de dívidas a empresas do Grupo (Nota 11).

Os Administradores da Aquaelvas elaboraram o presente Relatório e apresentam estas Contas Anuais com base na aplicação do princípio da continuidade das operações, uma vez que não têm dúvidas quanto à capacidade da empresa e do Grupo FCC em gerar recursos das suas operações.

Os principais objetivos do Plano Estratégico em que a empresa e o Grupo estão empenhados são os seguintes:

- Melhorar substancialmente a rentabilidade das atividades desenvolvidas pelo Grupo;
- Reduzir a dívida financeira líquida, através do desinvestimento em negócios não estratégicos;
- Localizar o investimento nos negócios que oferecem um maior retorno e possibilidades de desenvolvimento, quer diretamente quer através de sócios financeiros;
- Adequar a estrutura organizacional e os sistemas de gestão a este novo cenário.

Todos estes fatores, juntamente com as diretrizes estratégicas implementadas e anteriormente referidas devem contribuir para uma melhoria significativa do resultado bruto de exploração do Grupo onde a Empresa está inserida, uma melhor gestão do capital corrente e dos riscos associados à sua expansão internacional e para a diminuição do seu endividamento financeiro líquido. O objetivo proposto no referido Plano Estratégico é aumentar a margem bruta de exploração assim como reduzir o endividamento financeiro líquido do Grupo para níveis que se consideram adequados e de acordo com as características e recorrência de grande parte dos negócios do Grupo.

Nota de garantias

Em 31 de dezembro de 2016, a Aquaelvas, juntamente com outras empresas do Grupo FCC, figura como garante nos créditos sindicados contraídos pela Empresa-Mãe, FCC, S.A., por um montante de 1.243 milhares de euros. Não existe nenhuma apólice de crédito bilateral na FCC, S.A., em que figure como garante a Aquaelvas.



25. LOCAÇÕES

Locações operacionais

Foram celebrados contratos de *renting* com a empresa Leaseplan no ano 2015, pelo período de 36 meses.

Durante os meses remanescentes prevê-se que venham a ser pagos 43.675,93 Euros, que se discriminam da seguinte forma:

Ano	Valor
2017	25 726,92 €
2018	17 949,01 €
TOTAL	43.675,93 €

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Handwritten signature in blue ink.



4. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Aquaelvas – Águas de Elvas, S.A. ("Entidade"), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 5.091.194 Euros e um total de capital próprio de 378.080 Euros, incluindo um resultado líquido de 242.881 Euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Entidade em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Conforme referido na Nota 24 do anexo, as demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações da Empresa, o qual implica que a Entidade dispõe de recursos adequados para manter as atividades e que o órgão de gestão não tem intenção de cessar atividades no curto prazo. Não obstante, em 31 de dezembro de 2016 os passivos correntes, no qual se incluem dívidas com empresas do Grupo no montante de, aproximadamente, 1.106.000 Euros, excedem os ativos correntes em, aproximadamente, 1.002.000 Euros. Adicionalmente, e conforme referido da Nota 11, a Empresa é garante solidária de financiamentos contraídos pelo Grupo onde está inserida de, aproximadamente, 1.243.000 Euros.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O Conselho de Administração é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

"Deloitte" refere-se à Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada de responsabilidade limitada do Reino Unido ("DTTL"), ou a uma ou mais entidades da sua rede de firmas membro e respetivas entidades relacionadas. A DTTL e cada uma das firmas membro da sua rede são entidades legais separadas e independentes. A DTTL (também referida como "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Aceda a www.deloitte.com/pt/about para saber mais sobre a nossa rede global de firmas membro.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula: 501776311 | Capital social: € 500.000 Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto

VB

- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os órgãos de gestão, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 18 de maio de 2017



Deloitte & Associados, SROC S.A.

Representada por Nuno Bettencourt Pereira, ROC

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Ao Acionista da Aquaervas – Águas de Elvas, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da Aquaervas – Águas de Elvas ("Empresa"), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade da Empresa, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Empresa as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço em 31 de dezembro de 2016, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e o correspondente anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2016 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nele incluída. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, que se dá aqui por integralmente reproduzida, que não inclui reservas e que contém uma ênfase.

Face ao exposto, somos de opinião que, tendo em consideração o descrito na secção "Ênfase" da Certificação Legal das Contas, as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Acionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Empresa o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 18 de maio de 2017



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Nuno Bettencourt Pereira, ROC